

A. I. N° - 269102.0042/09-7
AUTUADO - LG CALÇADOS LTDA.
AUTUANTE - OSVALDO SÍLVIO GIACHERO
ORIGEM - INFAZ GUANAMBI
INTERNET - 18.12.09

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0431-04/09

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, em consequência ficando também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 04/08/2009, exige ICMS no valor de R\$ 2.201,84, acrescido da multa de 60%, pelas irregularidades narradas a seguir:

01. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação relacionadas no anexo 88 do RICMS/BA. Valor R\$ 1.815,46.

02. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial referente às aquisições de mercadorias destinadas à comercialização, provenientes de fora do Estado. Valor R\$ 386,38.

O autuado ao impugnar o lançamento fiscal (fls. 28/29), através de sua sócia e representante legal, diz da tempestividade de suas razões e que não concorda com a presente notificação uma vez que não existe comprovação da ocorrência dos fatos, em conformidade com o art. 28º § 4º, incisos I e II, Decreto 7.629/99.

Aduz que as notas fiscais que atestam os fatos devem estar não apenas relacionadas, mas com suas vias ou cópias autenticadas anexas aos autos.

Pede a anulação do auto de infração.

O autuante afirma fl. 40, dispensada a Informação Fiscal tendo em vista o pagamento integral da exigência fiscal.

Constam, às fls. 45/47 dos autos, documentos extraídos do SIGAT - Sistema integrado de pagamento da Secretaria da Fazenda demonstrativo de débito reconhecido pela empresa, no valor total de R\$ 2.201,84.

VOTO

Lavrado o presente auto de infração para exigência de 02 (duas) infrações, a saber: na primeira é exigência que se refere à falta de recolhimento na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária de mercadoria relacionada no anexo 88 do RICMS/BA; enquanto a segunda infração exige recolhimento do ICMS por antecipação parcial referente à aquisição de mercadoria proveniente de outros Estados para comercialização.

O contribuinte autuado apresenta tempestivamente suas razões defensivas, mas logo depois, procede ao pagamento integral do auto de infração, conforme extrato de fls. 45/47.

Ao reconhecer o débito indicado no presente Auto de Infração, e efetuar o respectivo pagamento, o sujeito passivo desiste da defesa apresentada, tornando-a ineficaz, conforme previsto no artigo 122, inciso IV, do RPAF/99. Em consequência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do artigo 156, inciso I, do CTN, e PREJUDICADA a defesa apresentada, devendo os autos ser

remetido à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **269102.0042/09-7**, lavrado contra **LG CALÇADOS LTDA.**, devendo os autos ser encaminhado à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de dezembro de 2009.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVERA – JULGADOR